

Rosas são vermelhas, violetas são azuis: discursos de natureza e a ilusão do constativo em comentários do YouTube sobre Erika Hilton

**Roses are red, violets are blue: discourses of nature and the illusion of
the constative in YouTube comments about Erika Hilton**

Eduardo Espindola Braud Martins¹

Resumo: Neste trabalho, ilustro e analiso o que chamarei de *discursos de natureza*, um conjunto de enunciados que, performativamente, criam o efeito de somente descreverem uma realidade universal, intrínseca e exterior à linguagem. Tal conceito está ancorado na noção de discurso de Foucault (2008) e será aqui relacionado à noção de enunciados constativo/performativos, elaborada por Austin (1990) no início de sua investigação filosófica sobre os atos de fala (e posteriormente abandonada). As análises focam em como 11 comentários do YouTube em um vídeo sobre a parlamentar Erika Hilton constroem seus efeitos de verdade, advogando em prol de uma verdade universal sobre as coisas do mundo ao tecerem comentários transfóbicos que invalidam a identidade de gênero da deputada. O estudo reforça o argumento de que todo enunciado é, de fato, performativo, e de que compreender que a linguagem é performance é condição primordial para uma produção de conhecimento comprometida de forma política e ética com aquilo que produz, bem como para uma Linguística Aplicada que leve a Pragmática a sério.

Palavras-chave: Discursos de natureza. Erika Hilton. Gênero. Performance. Pragmática.

Abstract: This paper illustrates and analyzes what I call *discourses of nature*, a set of utterances that, performatively, create the effect of merely describing a universal, intrinsic reality external to language. This concept is grounded in Michel Foucault's (2008) notion of discourse and is here related to the distinction between constative and performative utterances proposed by J. L. Austin (1990) at the outset of his philosophical investigation into speech acts (and later abandoned). The analysis focuses on how 11 YouTube comments on a video about congresswoman Erika Hilton construct their truth effects, advocating for a supposedly universal truth about the world while articulating transphobic remarks that invalidate the politician's gender identity. The study reinforces the argument that every utterance is, in fact, performative, and that understanding language as performance is a fundamental condition for a production of knowledge that is politically and ethically committed to what it produces, as well as for an Applied Linguistics that takes Pragmatics seriously.

Keywords: Discourses of nature. Erika Hilton. Gender. Performance. Pragmatics.

¹ Professor Adjunto na Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Letras e Linguística (ILEEL), Uberlândia, MG, Brasil. Endereço eletrônico: eduardo.espindola@ufu.br.

Introdução

Logo após ser nomeada como presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMulher)², em março de 2026, a deputada Erika Hilton (PSOL – SP) passou a ocupar o centro de um intenso debate na esfera pública brasileira sobre a legitimidade de sua posse no cargo em questão. Notícias, reportagens, entrevistas, comentários, vídeos e memes circularam intensamente nos mais variados veículos de mídia e redes sociais do país como resposta ao ocorrido, gerando uma série de discussões sobre se seria certo ou não que uma mulher trans assuma a presidência de tal comissão e reiterando a ideia de que essa posição deve ser ocupada somente por mulheres cis.

Boa parte dessa circulação foi composta por enunciados discriminatórios e inferiorizantes ao gênero e à realidade de Erika Hilton enquanto mulher, produzindo sentidos de que ela não seria uma mulher “de verdade” e que, portanto, não traria a representatividade necessária ao cargo em questão e nem seria capaz de conduzi-lo de maneira rigorosa e adequada. Vídeos no YouTube postados após a nomeação, por exemplo, foram inundados de comentários transfóbicos e preconceituosos, afetando não só a parlamentar em questão como a vida das pessoas trans no Brasil em geral.

O presente artigo se volta a tais enunciados, analisando a maneira como 11 comentários de um vídeo do YouTube sobre Erika Hilton produzem seus efeitos de verdade e intolerância face à vida e à realidade de corpos trans na contemporaneidade. Os textos aqui analisados comporão e ilustrarão o que denominarei de *discursos de natureza*, um conjunto de enunciados que engendram a ideia de que há uma realidade universal e imutável exterior à linguagem. Embora se apresentem como descrições neutras da realidade, tais produções operam performativamente na produção de efeitos de verdade, apagando as condições discursivas que as constituem.

Os textos serão analisados à luz da teoria dos atos de fala de Austin (1990), uma vez que se assemelham à categorização elaborada inicialmente pelo filósofo entre enunciados puramente factuais (constativos) e enunciados que realizam atos ao serem proferidos (performativos). Embora Austin (1990) tenha abandonado essa distinção e trabalhado

² Órgão responsável por analisar e deliberar sobre proposições voltadas à promoção e à proteção dos direitos das mulheres, atuando tanto no campo legislativo quanto na fiscalização de políticas públicas (Câmara dos deputados, 2026).

posteriormente com a noção de que todo enunciado é, de fato, performativo, a ideia de que existem verdades absolutas alheias às nossas produções de linguagem ainda persiste no imaginário comum de inúmeras pessoas, guiando, por exemplo, as compreensões sobre a existência de pessoas trans e legitimando a circulação textual de enunciações discriminatórias.

A análise e comparação de tais enunciados com a teoria de Austin (1990), somado à noção de discurso de Foucault (2008), vem mostrar como a ideia de enunciados constativos (pré-discursivos) é ilusória, uma vez que todo enunciado produz efeitos de sentido e engendra realidades no mundo (e no corpo e existência das pessoas) independente de imaginarmos que “as coisas são como são”, o que faz com que tomemos maior consciência do poder da linguagem na vida cotidiana e na centralidade de nossas práticas sociais.

Ademais, o estudo em questão ressalta a importância de uma Linguística Aplicada interessada na centralidade da linguagem nas mais variadas práticas sociais (Moita Lopes, 2006) e comprometida a entender como determinados grupos são linguisticamente afetados. Fazer ciência é fazer política, e não há conhecimento desprovido de ideologia. Entender produção de conhecimento dessa maneira evidencia a relevância da linguagem na forma como nos orientamos socialmente.

O artigo apresenta a seguinte organização: na próxima seção, retomo o trabalho de Austin (1990) e a trajetória de seu pensamento na elaboração de sua teoria dos atos de fala. Em seguida, abordo e defino o conceito de discursos de natureza, depois trato da geração³ e análise dos dados à luz das teorizações previamente tecidas. Por fim, fecho o trabalho e reitero a importância de uma produção de conhecimento em Linguística Aplicada voltada a questões sociais e que leve a Pragmática a sério.

³ Dados nunca são somente “coletados”. Enquanto produção de linguagem, eles são tão performativos quanto qualquer outra enunciação (Mason, 2002).

Em busca do performativo perfeito

O que não sobreviverá à transição (...) é a noção da pureza dos performativos. Isso em nada nos deve surpreender, pois essa noção nos criou dificuldades desde o início. Ela se baseava, essencialmente, na crença na dicotomia performativos/constatativos (...).

(Austin, 1990, p. 122)

John Langshaw Austin é considerado um dos precursores da corrente de pensamento filosófica que tem a linguagem como modo principal de investigação daquilo que entendemos como verdade ou realidade. Em contraste com tradições anteriores, fundamentadas na lógica da representação, o filósofo se insere em um movimento que desloca essa busca para o exame do significado, isto é, para uma “(...) análise da forma lógica das sentenças em que nosso conhecimento, crenças e opiniões sobre o real se expressam e nossa experiência se articula” (Souza Filho, 1990, p. 7).

A série de 12 conferências ministradas por ele em 1955 na Universidade de Harvard deram origem à célebre obra *How to do things with words*⁴. Nela, Austin (1990, p. 23) inicia uma reflexão filosófica que ele pondera que causará “(...) uma revolução em filosofia”: a constatação de que determinadas expressões linguísticas não descrevem coisas, como se costumava pensar, mas sim produzem ações.

Tais expressões – ou enunciados, como ele denominou – seriam de grande relevância justamente por serem diferentes dos demais enunciados, os quais somente descreveriam estados de coisas. Austin (1990) argumenta, por exemplo, que dizer “O atual rei da França é careca” é diferente de dizer “Batizo este navio com o nome de Rainha Elizabeth”. No primeiro caso, estaríamos somente constatando um fato, que poderia ser ou não verdade. Já no segundo, não estamos meramente constatando a existência de um navio de tal nome, estamos inaugurando esse nome exatamente por meio do proferimento desse enunciado. Nas palavras do próprio Austin (1990, p. 25): “batizar um navio é dizer (nas circunstâncias apropriadas) as palavras ‘Batizo, etc.’. Quando digo, diante do juiz ou no altar, etc., ‘Aceito’, não estou relatando um casamento, estou me casando”.

⁴ *Como dizer coisas como palavras* em tradução direta. No Brasil, a obra, traduzida por Danilo Marcondes de Souza Filho, recebeu o título de *Quando dizer é fazer. Palavras e ação*.

Essa é a primeira distinção taxonômica elaborada pelo filósofo: enunciados constativos⁵, que declaram algo, e enunciados performativos, que produzem ações. A diferença principal entre ambos é que quando constatamos algo, essa constatação pode ser verdadeira ou falsa – isto é, condizer ou não com a realidade. Já quando performamos algo, essa performance pode ter um desfecho feliz ou infeliz – isto é, se realizar ou não. Austin (1990) desenvolve esse ponto explicando que:

Poderíamos dizer que correr, por exemplo, é o fato de alguém estar correndo, e isto torna verdadeira a declaração de que ele está correndo. Por outro lado, a verdade do proferimento constativo “ele está correndo” depende do fato de ele estar correndo, enquanto que no outro caso é a felicidade do performativo “Peço-lhe desculpas” que torna um fato meu, pedido de desculpas, e meu êxito quanto a pedir desculpas depende da felicidade do proferimento performativo “Peço-lhe desculpas”. Esta é uma das maneiras pelas quais podemos justificar a distinção entre performativo e constativo – isto é, a distinção entre fazer e dizer (Austin, 1990, p. 52).

É importante ressaltar que, naquele momento, Austin estava desenvolvendo um raciocínio ainda incipiente e não tinha o interesse de elaborar uma teorização pronta e precisa sobre a linguagem⁶. Ao longo de suas conferências, suas tentativas de separar constativos de performativos vão sendo reformuladas e modificadas à medida que ele procura tornar mais exata essa distinção inicial, e é bastante notável o caráter nômade e errante de suas ponderações. Ele busca identificar formas linguísticas típicas dos performativos, como o uso de certos verbos na primeira pessoa e no presente, além de tentar listar verbos que realizariam ações ao serem proferidos. Também associa os performativos a contextos específicos e convencionais de uso, investigando quais seriam as “condições de felicidade” que garantiriam o sucesso de tais enunciados.

Acontece que tal separação vai se tornando cada vez mais difícil de se concretizar, fazendo com que o filósofo, já na quinta conferência, alerte para a possibilidade que a distinção entre enunciados constativos e performativos se anule, uma vez que os critérios de verdade ou falsidade dos constativos também dependem da felicidade ou infelicidade

⁵ A edição da obra aqui utilizada traduziu o termo *constative* por *constativo*. Utilizarei *constativo* por ser um termo mais utilizado (e reconhecido) hoje em pesquisas no Brasil.

⁶ A produção filosófica de Austin como um todo tem um caráter muito mais investigativo e reflexivo do que dogmático. O filósofo estava muito mais interessado em pensar descontraidamente do que em estabelecer verdades universais sobre a realidade ou a linguagem (Rajagopalan, 2010).

dos performativos. O trecho abaixo ilustra a dificuldade de Austin (1990) em trabalhar com a distinção instaurada no início de sua investigação:

Contraste-se o fato de que estou pedindo desculpas, que depende de que o performativo “peço desculpas” seja feliz, com o caso da declaração “João está correndo”, cuja verdade depende do fato de que João esteja correndo. Mas talvez este contraste não seja tão seguro, também, porque para começar com as declarações o constativo “João está correndo” está relacionado com a declaração “estou afirmando que João está correndo”, cuja verdade pode depender de que “João está correndo” seja um performativo feliz; tal como a verdade de “estou pedindo desculpas” depende de que “peço desculpas” seja um performativo feliz (Austin, 1990, p. 58).

Austin vai então se dando conta de que não há marcas formais capazes de distinguir enunciados constativos de performativos, e que ambas as instâncias são na verdade faces de uma mesma moeda. Essa distinção é então reformulada, a partir da oitava conferência, dando lugar a uma investigação daquilo que está em jogo em todo enunciado, agora denominado ato de fala⁷, e na introdução de três ações distintas, realizadas sempre que algo é proferido: ato locucionário (dizer algo com determinado sentido e referência), ato ilocucionário (o que se faz ao enunciar algo) e ato perlocucionário (os efeitos produzidos a partir de uma enunciação).

A busca pelo performativo perfeito, isto é, por uma categoria específica de enunciados que executam ações ao serem ditos, é abandonada a partir da constatação de que todo enunciado, de fato, produz algo ao ser proferido. Isso significa que até mesmo uma frase de aparência meramente descritiva como “O atual rei da França é careca” pode ser tanto verdadeira ou falsa quanto feliz ou infeliz, pois depende igualmente de fatores referenciais – a França existir (ou não) como um Estado Nação, operar (ou não) em uma monarquia, ter (ou não) um rei e esse rei ter (ou não) cabelo – e situacionais – quem está dizendo e qual a circunstância desse dizer – para acontecer. Todo dizer é, então, também um fazer. Austin (1990) conclui então que:

⁷ Austin (1990) utiliza *fala* em sua terminologia muito embora se refira à linguagem de modo geral, indo muito além da oralidade. Emprego aqui o termo *ato de linguagem* para romper com a primazia da oralidade (Derrida, 1973) que esse modo de nomear pode produzir.

A verdade e a falsidade não são (exceto por meio de uma abstração artificial sempre possível e legítima para certos propósitos) nomes de relações, qualidades, ou o que seja, mas sim da dimensão de apreciação de como as palavras se situam quanto à sua adequação aos fatos, eventos, situações, etc., a que se referem (Austin, 1990, p. 122).

Assim, o que impossibilitou o filósofo de seguir com a dicotomia constativo/performativo e considerar todo dizer como um fazer é hoje a razão de ser da própria Pragmática⁸: o contexto. É esse incógnito domínio da língua, outrora considerado mero acessório ou até um estorvo aos estudos linguísticos, que impede que cheguemos a qualquer conclusão sobre a linguagem sem antes nos valermos da situação de produção em que enunciados são proferidos. O contexto não é apenas um pano de fundo, algo removível, mas aquilo que define a força de um enunciado, suas condições de êxito e seus efeitos. Sem contexto – isto é, sem pragmática – não há enunciado, não há linguagem, não há dizer nem fazer. Deleuze e Guattari (1995) desenvolvem muito bem esse ponto ao argumentarem que:

O destaque da esfera do performativo, e da esfera mais vasta do ilocutório, apresentava três importantes consequências: 1) A impossibilidade de conceber a linguagem como um código, visto que este é a condição que torna possível uma explicação; e a impossibilidade de conceber a fala como a comunicação de uma informação: ordenar, interrogar, prometer, afirmar, não é informar um comando, uma dúvida, um compromisso, uma asserção, mas efetuar esses atos específicos imanentes, necessariamente implícitos; 2) A impossibilidade de definir uma semântica, uma sintaxe ou mesmo uma fonemática, como zonas científicas de linguagem que seriam independentes da *pragmática*; a pragmática deixa de ser uma “cloaca”, as determinações pragmáticas deixam de estar submetidas à alternativa: ou se voltar para o exterior da linguagem, ou responder a condições explícitas sob as quais elas são sintaxizadas e semantizadas; a pragmática se torna, ao contrário, o pressuposto de todas as outras dimensões, e se insinua por toda parte; 3) A impossibilidade de manter a distinção língua-fala, visto que a fala não pode mais ser definida pela simples utilização individual e extrínseca de uma significação primeira, ou pela aplicação variável de uma sintaxe prévia: ao contrário, são o sentido e a sintaxe da língua que não se deixam definir independentemente dos atos de fala que ela pressupõe (Deleuze; Guattari, 1995, p. 14, grifos dos autores).

⁸ O movimento epistemológico do qual Austin fez parte e que consolidou a primazia da pragmática – e do contexto – nos estudos linguísticos é hoje conhecido como *virada pragmática* (Rajagopalan, 2010).

Retirar o contexto de uma posição apêndica e colocá-lo como centro de toda investigação linguística. Essa é a revolução em filosofia que Austin (1990) promoveu. A partir dessa nova episteme, todo dizer é tido como um fazer, e a linguagem passa a ser vista como uma forma de agir no mundo. Assim, o que o filósofo de certa forma inaugurou foi a compreensão de que é por meio da linguagem que o mundo é feito. A esse modo de pensar damos o nome hoje de linguagem como performance.

Nesse viés, todo ato performativo “(...) produz as condições que descreve” (Pennycook, 2007, p. 66). Isso implica que isso que entendemos como o *real* não é uma instância externa ao enunciado (que apenas a constata/descreve), mas um efeito da realização do próprio ato de linguagem⁹. Considerar a linguagem como performance, então, é observar os efeitos produzidos pelos atos linguísticos que conferem existência e realidade àquilo que é enunciado. Linguagem vira, então, prática social (Moita Lopes, 2006).

Enunciados formam, assim, um elo de dizeres. Para Rajagopalan (2010, p. 15), “dizer que x é um enunciado performativo é, ele mesmo, pronunciar outro performativo e apontar isso afirmando tal fato e, por sua vez, produzir outro performativo e, assim por diante”. A força e de “verdade” de determinada enunciação é então entendida como o efeito da repetição de enunciados que, como argumenta Butler (1999, p. 43-44), “(...) se solidificam com o tempo, produzindo uma aparência de substância, de algo natural (...)”.

É a partir dessa realidade criada que compreendemos não só nós mesmos, mas tudo aquilo que nos rodeia, nos situando, entendendo e movimentando a partir disso. Enunciar algo, nesse sentido, nunca pode ser considerado como a mera “constatação de um fato”, como Austin (1990) previu inicialmente com a categoria dos constativos. Nossos enunciados têm o peso – e a responsabilidade – de produzir a existência daquilo mesmo que proferimos.

Todavia, a ideia de que há enunciados puramente constativos – que descrevem algo de maneira “bruta” – ainda persiste no imaginário social e em um número significativo de enunciados, os quais buscam, por meio de seus dizeres, criar e defender esse mesmo efeito de verdade “primitiva”, “intrínseca” e “natural”.

⁹ Há um extenso debate sobre as interseções entre *linguagem* e *realidade*, as quais fogem ao escopo deste trabalho. Para tais questões, conferir Barad (2007), Latour (2012) e Pennycook (2024).

Discursos de natureza

Foucault (2008, p. 122) define discurso como um “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação; é assim que poderei falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico”. Nesse viés, os enunciados (já entendidos como performativos) são pensados de maneira conjunta e, ao agirem de forma coletiva, constroem uma rede de dizeres (e saberes) que produzem uma forma específica de entender algo.

Analisarei aqui o que chamo de *discursos de natureza*: um conjunto de enunciados que aludem à ideia de que há uma verdade absoluta, imutável, intocável e substancial e que pode ser descrita por um enunciado que somente constatará essa mesma verdade. Esses discursos formam a compreensão de que há um estado de coisas em sua forma mais bruta e rudimentar e que compõe a verdade universal sobre as coisas do mundo – a chamada “natureza”.

Discursos de natureza operam por uma série de usos linguísticos que conjuram uma realidade imutável e pré-discursiva sobre algo ou alguém. São eles que promovem, por exemplo, a ideia de que determinadas raças são (“naturalmente”) superiores a outras, de que determinadas pessoas são (“naturalmente”) menos esforçadas ou capazes que outras, que certas orientações sexuais são (“naturalmente”) convencionais, que homens e mulheres possuem (“naturalmente”) comportamentos e papéis distintos, que determinadas formas de produzir linguagem são (“naturalmente”) mais corretas que outras, ou ainda que certas hierarquias sociais se estabelecem (“naturalmente”) independentemente de processos históricos e relações de poder.

Os enunciados aqui analisados produzem essa ideia de natureza sob a perspectiva de gênero: a noção de que há uma compreensão de “homem” e “mulher” puramente natural, intrínseca e verdadeira, sendo o ato de descrevê-los a mera constatação dessa mesma realidade. Tais produções se ancoram na ideia de que há uma “identidade de gênero” interna a cada indivíduo que revela algo essencial, profundo e verdadeiro sobre cada um de nós – a chamada “verdade do sexo” (Foucault, 1988).

Segundo Preciado (2014), essa ideia de natureza é efeito performativo desse mesmo conjunto de discursos, formando a chamada cis-heteronormatividade:

A natureza humana é um efeito da tecnologia social que reproduz nos corpos, nos espaços e nos discursos a equação natureza = heterossexualidade. O sistema heterossexual é um dispositivo social de produção de feminilidade e masculinidade que opera por divisão e fragmentação do corpo: recorta órgãos e gera zonas de alta intensidade sensitiva e motriz (visual, tátil, olfativa...) que depois identifica como centros naturais e anatômicos da diferença sexual (Preciado, 2014, p. 25).

Dessa forma, discursos voltados a essa noção estanque de “natureza” operam de maneira a tomar corpo sexo, gênero e sexualidade como expressões diretas e precisas de uma mesma “essência” natural. Isso produz um regime discursivo cis-heteronormativo que organiza e regula as possibilidades de existência ao produzir a inteligibilidade dos corpos a partir de um binarismo rígido e hierarquizado. Ao se apresentarem como meras constatações da realidade, enunciados desse tipo reiteram continuamente essa matriz, definindo quem pode ser reconhecido como sujeito legítimo e quem será situado à margem ou fora do campo do humano inteligível e “(naturalmente) correto” (Butler, 1999).

É por isso que os discursos de natureza possuem uma grandiosa força nas práticas de linguagem atuais, adquirindo seus efeitos de verdade e potência argumentativa justamente por formarem um enorme encadeamento discursivo de usos linguísticos entrelaçados, os quais se alinhavam e alimentam entre si. Sempre que algo é descrito como sendo “natural”, toda situacionalidade e historicidade de tal produção de linguagem se esvai, e uma ideia de “real” muito forte e concreta é construída.

Desnaturalizar tais produções, mostrando o efeito performativo de natureza desses enunciados, é uma tentativa de romper com as matrizes de inteligibilidade que marginalizam determinados corpos – como é o caso dos corpos trans.

Discursos de natureza em ação

Os dados analisados nesta pesquisa foram gerados a partir de comentários públicos disponíveis em um vídeo hospedado na plataforma YouTube que trata do trancamento de uma ação penal proposta pelo Ministério Público Federal, na qual Erika Hilton atuava como assistente de acusação, contra uma estudante de veterinária da Paraíba acusada de transfobia por uma publicação nas redes sociais na qual dizia que “mulheres trans não são mulheres”. O vídeo em questão foi publicado dois dias após a nomeação da deputada

como presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados, sendo claramente uma resposta ao ocorrido, bem como uma tentativa de deslegitimar o ingresso de uma mulher trans em tal cargo e a própria existência de Erika Hilton enquanto mulher.

A seleção dos dados para análise foi realizada sem qualquer tipo de interação com os usuários responsáveis pelas postagens, restringindo-se à observação e ao registro de material já disponível no Youtube. Os 11 comentários selecionados para compor o presente trabalho, transcritos na íntegra e anonimizados, foram selecionados em caráter ilustrativo (Mason, 2002) para exemplificar o conceito de discursos de natureza, definidos na seção anterior, e reiteram o tom de questionamento, zombaria e desconsideração do vídeo postado. Eles ilustram que a crença nos constativos (Austin, 1990), isto é, de que existe uma categoria de enunciados que somente “constata fatos” que são “verdades universais”, continua viva no senso comum.

Os enunciados foram divididos em três categorias distintas, de acordo com o modo como a linguagem foi empregada para produzir, performativamente, a ideia de que há uma realidade intrínseca e exterior ao próprio discurso: natureza como verdade óbvia, natureza como verdade interna e ciência como natureza. Essa separação foi feita somente para organizar a construção das análises e não configuram uma subcategoria analítica em si.

Natureza como verdade óbvia

Os comentários aqui agrupados giram em torno da ideia de que o gênero configura uma realidade evidente que não precisaria ser nem mencionada – pois trata-se de uma obviedade. São eles:

- (1) É crime agora falar que a grama é verde e o céu é azul. Mundo tá louco.
- (2) Absurdo o que vivemos nesse país. Ninguém pode mais falar a verdade, aquilo que está diante de seus olhos. Isso tem que acabar.
- (3) Decisão óbvia! Enfim, justiça. Quanto desperdício de tempo e dinheiro para decidir oq¹⁰ o mundo sabe como verdade!

¹⁰ Junção e abreviação das palavras “o + que”, bastante comum em produções escritas nas redes sociais.

Para produzir seu efeito de verdade, o comentário 1 argumenta que frases como “a grama é verde” e “o céu é azul” configuram obviedades que, ao serem proferidas, estariam repetindo informações já sabidas e consagradas. São frases comumente utilizadas como exemplos prototípicos de evidências incontestáveis. Ele os enquadra, portanto, na mesma lógica da categoria de enunciados puramente constativos, como havia argumentado inicialmente Austin (1990) a partir de enunciados como “O atual rei da França é careca”. Segundo essa lógica, proferir tais sentenças teria o mesmo viés constativo de dizer “mulheres trans não são mulheres”, o que equivaleria a simplesmente afirmar um fato que careceria de qualquer explicação ou contexto. Por serem meros constativos, o comentário comenta, em tom de deboche (“É crime agora”), que considerar tais enunciados como crimes seria então algo absurdo, o que é respaldado pela frase “Mundo tá louco”, que fecha o comentário.

O comentário 2 também opera a partir do mesmo espanto com o mundo atual. Após iniciar com uma frase que caracteriza a vivência que temos no Brasil atualmente como um “Absurdo”, portanto destituído de sentido lógico, o comentário afirma que há uma proibição naquilo que é tido como “verdade”, verdade essa tão factual que é descrita como “aquilo que está diante de seus olhos”. Mais uma vez, o efeito de sentido produzido por tal enunciado equipara a frase “mulheres trans não são mulheres” a algo tão evidente que seu proferimento equivale a um constativo – aquilo que se apresenta diante de nós e que é a própria realidade. Por fim, menciona que “Isso” – o fato de haver criminalização por falas transfóbicas no Brasil – precisa ter um fim, justamente porque não seria correto criminalizar um enunciado que simplesmente “descreveu um fato”.

No comentário 3, a caracterização da decisão judicial de trancar a ação penal como “óbvia” adentra o mesmo rol de comentários que equipara o enunciado “mulheres trans não são mulheres” a algo incontestável. Enunciar que a justiça foi feita por meio da expressão “Enfim, justiça”, também corrobora com tal afirmação, uma vez que reforça a ideia de que criminalizar alguém por um proferimento desse tipo seria algo incorreto. Tal injustiça ocorre justamente porque o enunciado em questão seria um constativo, descrito aqui como “oq o mundo sabe como verdade”. Esse fato seria tão evidente que uma ação judicial sobre essa afirmação caracteriza ainda um “desperdício de tempo e dinheiro”, intensificado pelo

quantificador exclamativo “Quanto”. A justiça, nesse caso, não deveria ser acionada para tratar (“decidir”) de tais “obviedades”.

Natureza como verdade interna

Nesta seção, os comentários produzem a ideia de que o gênero é uma verdade interna e indiscutível, a qual independe não só da linguagem mas de quaisquer tentativas de pensá-lo e produzi-lo longe dos arranjos da cis-heteronorma (Preciado, 2014). São eles:

- (4) É¹¹ homem pronto acabou
- (5) Mesmo que se coloque o rótulo de azeite na embalagem de leite, dentro continuará a ter leite
- (6) Nunca vi rastro de cobra em couro de lobisomem

No comentário 4, temos uma produção de enunciado pretensamente constativa, realizado por meio da construção “[Erika Hilton] É homem”. Seria o mesmo que afirmar, portanto, que “[O céu] É azul”, como feito no comentário 1, ou “[O atual rei da França] É careca”, como usado por Austin (1990) em seus exemplos. A ideia é que são todos enunciados constativos, meramente descrevendo “fatos”. Para reforçar esse axioma, o comentário ainda acrescenta “pronto acabou”, pois, uma vez que o que foi dito já é uma verdade absoluta, não há mais o que ser discutido ou argumentado: é porque é porque assim são as coisas.

Já no comentário 5, azeite e leite são empregados como metáforas para defender que a “verdade sobre si mesmo” (Foucault, 1988) está no interior de cada pessoa, considerada aqui como algo prioritariamente genital. A verdade de Erika Hilton estaria, portanto, em sua genitália, e todo e qualquer recurso externo empregado por uma pessoa trans não “apagaria” tal “realidade”: modificar o rótulo de frascos não mudará (a verdade de) os líquidos. Ou seja, haveria uma realidade interna tão verdadeira e intrínseca que pode ser totalmente alheia aos discursos e às práticas – e que, como já vimos, repete a ideia da existência de enunciados constativos.

¹¹ O comentário original não possui o acento agudo do verbo ser que inicia a oração. Adicionei o acento em questão pois é notável que se trata de uma frase afirmativa e, portanto, de um erro de digitação.

O comentário 6 traz uma citação bastante popular das formas de expressão oral no Brasil. “Nunca vi rastro de cobra nem couro de lobisomem” é um ditado popular típico da oralidade popular brasileira, especialmente em contextos rurais e regiões nordestinas. Esse dizer retoma uma sabedoria popular na qual rastro de cobra ou couro de lobisomem são coisas nunca antes vistas, configurando algo inexistente. Todavia, há uma mudança no comentário em questão: a conjunção “nem” é trocada pela preposição “em”, indicando que couro de lobisomem, já antes visto como inexistente, não produz rastro de cobra, que também inexistia¹². A mudança na expressão popular reforça a ideia do impossível e é empregada no comentário para negar a existência de Erika Hilton enquanto mulher. A realidade do gênero de uma pessoa, mais uma vez, é aqui argumentada enquanto aquilo que está “diante de nossos olhos”, realidade essa genital, como também defendido pelos dois comentários anteriores.

Paradoxalmente, o comentário em si também ilustra o caráter performativo e mutável da própria linguagem: o ditado é também citação literal do primeiro verso da música “Homem com H”, composta por Antônio Barros. Popularizada na voz de Ney Matogrosso, a interpretação da canção nas apresentações realizadas pelo cantor questiona os próprios estereótipos de gênero e aquilo que é considerado como essencialmente (de) homem e (de) mulher. Ney Matogrosso ressignifica os sentidos dos ditados populares e da ideia do que é ser homem de maneira semelhante à forma como o vocábulo *queer* foi ressignificado na nomeação da área que hoje chamamos de Teoria Queer (Butler, 1997).

Ciência como natureza

Temos aqui comentários que recorrem ao discurso científico como instância que autoriza o constativo, defendendo a existência dos “fatos”. Nesse tipo de produção performativa, a ciência constitui, como bem argumenta Foucault (1988, p.73), “uma ciência-confissão, ciência que se apoiava nos rituais da confissão e em seus conteúdos, ciência que supunha essa extorsão múltipla e insistente e assumia como objeto o inconfessável-confesso”. Compõe assim uma prática que serve para que se diga a

¹² Ou pode configurar um mero erro de digitação também, como é o caso do comentário 4. De qualquer maneira, a descaracterização e o tom de deboche perante a existência de pessoas trans é produzida em ambos os casos.

“verdade sobre si” e a “verdade sobre o sexo” de cada pessoa, verdade essa que é atemporal e absoluta, e a qual a medicina somente “constata” e “descreve”. São eles:

- (7) A biologia e a lógica respiram.
- (8) Isso não é só questão de biologia é raciocínio lógico.
- (9) Não entendi, agora a ciência não é válida.
- (10) Erikão vai no urologista ou ginecologista ? 🤔🤔🤔
- (11) Sociologia nunca derrotará a biologia

Nos dois primeiros enunciados, a “lógica” – campo da Filosofia dedicado à análise da legitimidade de argumentos – e a “biologia” – campo destinado ao estudo da vida e dos organismos vivos – são tratadas como instâncias universais e que tratam de verdades indiscutíveis. No comentário 7, tais áreas estariam sufocadas – daí a alusão metafórica de que ambas as áreas agora “respiram” –, uma vez que tratar o enunciado “mulheres trans não são mulheres” como um proferimento criminoso iria contra a factualidade produzida pelo campo da lógica e da biologia. O “retorno aos fatos” com o trancamento de uma ação penal corresponderia, então, a algo que produz um certo alívio – o mesmo produzido pelos enunciados que apenas constataam a verdade das coisas. No comentário 8, o argumento se repete ao passo que coloca “biologia” e “raciocínio lógico” em um mesmo patamar (ao afirmar “não é só (...) é (...)), o mesmo destinado a essa produção de constatações universais.

Para o comentário 9, afirmar que “agora a ciência não é válida”, questionando esse mesmo pressuposto (“Não entendi”), é defender – com ironia – que há um campo denominado ciência e que esse campo determina com precisão a verdade de todas as coisas. Judicializar um enunciado que diz “mulheres trans não são mulheres” invalidaria, portanto, todo o trabalho científico, pois seria de comum acordo dessa mesma ciência a verdade sobre o gênero de todas as pessoas. A ciência é construída aqui como um campo que produz a verdade última sobre todas as coisas, uma área universal que atesta o próprio real, capaz de definir com precisão e sem quaisquer dissensos a realidade à nossa volta. Uma vez “científico”, não haveria nenhum argumento contrário a qualquer constatação já realizada por essa ciência.

No comentário 10, Erika Hilton é nomeada somente por seu primeiro nome, modificado em sua forma aumentativa pelo acréscimo do sufixo “-ão” ao final da palavra. O efeito de sentido de tal recurso opera aqui no caminho oposto de sua função morfológica padrão: ao invés de aumentar, diminui a figura e existência de Erika enquanto parlamentar e mulher trans. Esse tipo de utilização do grau de substantivos produz um efeito irônico, depreciativo e caricatural, como se denunciasses a realidade de Erika enquanto mulher e a transformasse em um mero personagem, diminuindo-a simbolicamente. O uso de um sufixo de flexão dita masculina (Erikão) ao invés de feminina (Erikona) também reforça a negação da identidade de Erika Hilton enquanto mulher.

A chacota continua com o restante do comentário, que questiona qual é o profissional da medicina urogenital que Erika visita: urologista ou ginecologista. Essa comparação utiliza o discurso médico contrastando ambas essas especialidades para reafirmar o binarismo de gênero entre homem e mulher, insistindo no discurso cis-heteronormativo de que haveria somente esses dois gêneros e que homem = pênis = urologista e mulher = vagina = ginecologista, tomando o discurso genitalista e de redução à realidade de gênero das pessoas aos genitais para si e empregando o saber-poder (Foucault, 1987) da medicina como respaldo e forma de sarcasmo. Os três emojis rindo ao fechar o texto reforçam o tom irônico e debochado do comentário.

O comentário 11 também utiliza o discurso científico em seu tecer argumentativo, porém promovendo uma hierarquia entre os saberes. A Biologia aqui é empregada como uma área do conhecimento voltada à descrição de uma realidade maior e mais acurada do que a Sociologia, campo destinado ao estudo das sociedades e do social. A primeira seria responsável, portanto, pela “verdade” sobre os seres, enquanto a segunda estaria relegada a uma existência de menor valor. Por tratar da “verdade sobre o sexo” (Foucault, 1988), a Biologia é aqui vista como entidade superior e mais adequada à descrição dos seres, enquanto a Sociologia trata apenas daquilo que seria acessório e, portanto, não tão verdadeiro quanto a primeira.

Essa dicotomia é fruto da lógica sexo/gênero, que defende que há uma realidade biológica (real e imutável) dos seres humanos seguida de uma realidade (secundária e acessória) que se imprime sob essa primeira. A Biologia, por tratar da “verdade do sexo” (Foucault, 1988), estaria tratando da verdade “de verdade”. A Sociologia, por tratar de

questões sociais, estaria tratando de uma verdade “secundária”, que existe somente como algo que é erguido a partir de uma realidade anterior (a biológica). Portanto, a existência de Erika Hilton enquanto pessoa trans está atrelada a algo de segunda ordem, ou seja, sociológico. O “sexo de verdade” (biológico) se mantém intocado, preso em seu pedestal a-histórico e universal.

Vemos, mais uma vez, a lógica constativo/performativo atuando e produzindo a ideia de que existe uma instância da realidade que é meramente constatada – aqui, em relação à realidade do sexo e sua relação com a genitália de cada pessoa. Nesse sentido, é oportuno trazer a discussão que Butler (1999, p. 12) faz a respeito da distinção sexo/gênero:

Se “o corpo é uma situação”, (...) não há como recorrer a um corpo que não tenha sido sempre interpretado por significados culturais; portanto, o sexo não poderia ser considerado um fato anatômico pré-discursivo. De fato, o sexo, por definição, demonstrará ter sido gênero desde sempre.

Nesse sentido, a distinção sexo/gênero deixa de ser compreendida como a oposição entre natureza/cultura (ou constativo/performativo, ou Biologia/Sociologia), passando a ser entendida como efeito das próprias práticas discursivas que a produzem. Ao afirmar que o sexo já é, desde sempre, gênero, Butler (1999) evidencia que aquilo que se toma como dado anatômico não é exterior à linguagem, mas constituído por regimes de significação que o tornam inteligível. A separação sexo/gênero não descreve duas instâncias distintas da realidade, mas participa da produção de um efeito de natureza que sustenta a matriz cis-heteronormativa.

Em suma, os 11 comentários analisados, seja por advogarem em prol de uma verdade óbvia, de uma instância indiscutível ou de uma ciência universal, produzem o efeito de natureza enquanto realidade pré-discursiva, utilizando recursos linguísticos diversos para agir de maneira preconceituosa e negar a existência de pessoas trans na sociedade. Ao se apresentarem como meras constatações de fatos, esses enunciados mobilizam estratégias discursivas que buscam ocultar sua própria dimensão performativa, conferindo às suas afirmações um estatuto de obviedade, essência e evidência.

No entanto, a análise de suas construções performativas mostrou como tais produções não meramente descrevem uma suposta realidade, mas sim participam ativamente da constituição daquilo que é considerado real e legítimo dentro da matriz de

inteligibilidade cis-heteronormativa (Butler, 1999), excluindo quem não se enquadra em tais parâmetros.

Conclusão – levar a Pragmática a sério

Discursos de natureza configuram enunciados performativos que se mascaram de constativos, produzindo o efeito de que há uma verdade natural, evidente e indiscutível sobre o mundo e sobre os corpos. Ao recorrerem a essa ideia de natureza, tais discursos apagam sua própria historicidade e situacionalidade, apresentando-se como descrições neutras do “real” quando, na verdade, participam ativamente da produção dessa mesma realidade. Ou seja, quanto mais um discurso afirma apenas constatar, mais se torna visível o trabalho performativo necessário para sustentar seus efeitos de natureza.

Embora de teor altamente transfóbico, preconceituoso e reducionista, os 11 comentários sobre Erika Hilton são muito criativos, não somente porque mobilizam uma série de recursos linguísticos e textuais na elaboração de suas enunciações, mas também porque criam realidades. Se linguagem é um espaço de extrema criatividade, se enunciar é também criar, e se não há uma realidade anterior ao discurso, precisamos refletir sobre quais realidades estamos produzindo por meio de nossas práticas discursivas e quais mundos desejamos sustentar ou transformar performativamente.

Assim, para combater produções discursivas preconceituosas, precisamos levar a Pragmática a sério. Da mesma forma como Austin (1990) concluiu que as condições de produção – o contexto, a pragmática – são indissociáveis das enunciações que analisamos, não podemos mais pressupor conceitualmente que qualquer enunciado pode se sustentar por si só, ou equivaler à “verdadeira realidade”, como sustentam os comentários analisados neste trabalho. Precisamos defender uma produção de linguagem sempre performativa, entrelaçada à realidade social criada (e em constante criação). Defender que todo enunciado é performativo, entendendo a ideia do constativo como ilusão, implica uma produção do conhecimento em Linguística Aplicada comprometida eticamente com a maneira como a linguagem atua em nossas práticas sociais e maneiras de produzir e entender o mundo à nossa volta (Fabrício, 2006).

Levar a Pragmática a sério implica, também, levar as pessoas a sério. Ao discutir o perspectivismo ameríndio, Viveiros de Castro (2015) argumenta que uma antropologia

comprometida com a alteridade não deve tratar os povos que estuda como portadores de crenças falsas sobre uma realidade universal previamente dada, mas como produtores de mundos e de formas legítimas de existência. Levar os povos a sério significa, nesse sentido, reconhecer que aquilo que dizem não constitui uma representação imperfeita de um real único, mas a expressão de modos distintos de compor a realidade.

Os comentários do YouTube aqui analisados não apenas discordam das experiências de pessoas trans, mas recusam-se a levá-las a sério. Ao reivindicarem para si o lugar da descrição objetiva dos fatos, tais enunciados reduzem as formas de existência dissidentes ao estatuto de erro, ilusão ou falsidade, reservando a si mesmos o monopólio da verdade. A ilusão do constativo é precisamente aquilo que permite esse gesto: a crença de que alguns sujeitos apenas descrevem o mundo, enquanto outros seriam responsáveis por deformá-lo.

Levar a Pragmática (e as pessoas) a sério significa reconhecer que ninguém ocupa esse lugar privilegiado exterior à linguagem. Todos produzimos mundos ao enunciar, e toda verdade é inseparável das condições históricas, políticas e relacionais que a tornam possível. É por isso que uma Linguística Aplicada comprometida ética e politicamente com as formas de vida contemporâneas deva assumir não apenas que a linguagem é performance, mas também que aqueles sobre os quais falamos (e aqueles que falam por si mesmos) precisam ser levados a sério. Afinal, se, como mostrou Austin (1990), todo dizer é um fazer, então levar as pessoas a sério é também levar a sério os mundos que elas tornam habitáveis por meio da linguagem. E defendê-los epistemicamente.

Em última instância, levar a Pragmática a sério é recusar a posição daquele que acredita falar em nome da realidade e aceitar que toda descrição é já uma intervenção, toda verdade é situada (Haraway, 2004) e todo enunciado participa da composição dos mundos que habitamos.

Referências

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Palavras e ação. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BARAD, Karen. **Meeting the Universe Halfway**. Quantum Physics and the entanglement of matter and meaning. Londres: Duke University Press: 2007.

BUTLER, J. **Excitable Speech**. A politics of the performative. Nova Iorque: Routledge, 1997.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble**. Feminism and the subversion of identity. Nova Iorque: Routledge, 1999.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cmulher>. Acesso em: 24 abr. 2026.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs 2**. Capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1995.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

FABRÍCIO, Branca Falabella. Linguística Aplicada como espaço de desaprendizagem: redescrições em curso. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (Org.). **Por uma Linguística Aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

HARAWAY, Donna Jeanne. *Modest_Witness@Second_Millennium*. In: HARAWAY, Donna Jeanne. **The Haraway Reader**. Nova Iorque: Routledge, 2004.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o social**. Uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador: Edufba, 2012.

MASON, Jennifer. **Qualitative researching**. Londres: Sage Publications, 2002.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Por uma Linguística Aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

PENNYCOOK, Alastair. **Global Englishes and transcultural flows**. Nova Iorque: Routledge, 2007.

PENNYCOOK, Alastair. **Language assemblages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2024.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Manifesto Contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Nova pragmática**: fases e feições de um fazer. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

SOUZA FILHO, Danilo Marcondes de. Apresentação. A filosofia da linguagem de J. L. Austin. In: AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Palavras e ação. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas canibais**: elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

Sobre o autor

Eduardo Espindola Braud Martins

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8357-4952>

Graduado em Letras – Português/Inglês (UFMS), Especialista em Tradução (Gama Filho), Mestre em Estudos de Linguagens (UFMS) e Doutor em Linguística Aplicada (UFRJ). Professor do Curso de Letras – Inglês da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR).